

**Legislação relevante no domínio da prevenção e combate à corrupção,
branqueamento de capitais e crime organizado**

São Tomé e Príncipe

Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe (Lei n.º 1/2003, de 29 de janeiro, Lei de Revisão Constitucional e Republicação da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe)

Declaração de Retificação:

Declaração de Retificação de 3 de abril de 2003

Código Penal, aprovado pela Lei n.º 6/2012, de 6 de agosto

Alterações:

Lei n.º 8/2013, de 15 de outubro (Estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva contra prática de atos de branqueamento de capitais, bens, produtos e outros direitos provenientes de atividades criminosas definidas nos termos da presente Lei e contra o financiamento do terrorismo).

Código de Processo Penal, aprovado pela Lei n.º 5/2010, de 31 de dezembro, conforme retificação e republicação de 10 de agosto de 2010

Legislação penal e processual penal avulsa

- Lei n.º 12/99, de 31 de dezembro (Lei de Extradicação);
- Lei n.º 11/2012, de 28 de dezembro (Lei da Droga);
- Decreto n.º 11/2014, de 28 de julho (Medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo);
- Lei n.º 6/2016, de 30 de dezembro (Cooperação Internacional em Matéria Penal);
- Lei n.º 15/2017, de 6 de outubro (Lei sobre Cibercrime);
- Lei n.º 16/2017, de 6 de outubro (Lei de Segurança Interna);
- Lei n.º 18/2017, de 20 de dezembro (Lei-Quadro da Política Criminal);
- Lei n.º 3/2018, de 9 de março (Lei contra o Terrorismo e o seu Financiamento).

Organização Judiciária:

- Lei n.º 3/99, de 20 de agosto (Lei Orgânica do Tribunal de Contas)¹;
- Lei n.º 1/2002, de 20 de dezembro (Alteração à Lei Orgânica do Tribunal de Contas);
- Lei n.º 7/2010, de 6 de agosto (Lei Base do Sistema Judiciário).

Direcção-Geral dos Impostos:

- Decreto-Lei n.º 27/2005, de 5 de dezembro (Estatuto Orgânico da Direcção dos Impostos);
- Decreto-Lei n.º 13/2017, de 19 de setembro (Altera o Estatuto Orgânico da Direcção dos Impostos).

Inspeção Geral de Finanças:

- Decreto-Lei n.º 56/2006, de 29 de dezembro (Inspeção Geral de Finanças).

Direção Geral das Alfândegas:

- Decreto n.º 55/2006, de 29 de dezembro (Estatuto Orgânico da Direcção das Alfândegas de S. Tomé e Príncipe);
- Retificação do Estatuto Orgânico da DGA de 29 de dezembro de 2006;
- Decreto n.º 36/2009, de 25 de setembro (altera o Estatuto Orgânico da DGA);
- Decreto n.º 68/2014, de 31 de dezembro (Código de Conduta dos Funcionários das Alfândegas).

Administração Pública:

- Lei n.º 2/2018, de 5 de março (Estatuto da Função Pública).

Unidade de Informação Financeira:

- Decreto n.º 60/2009, de 31 de dezembro (criação da Unidade de Informação Financeira (UIF));
- Despacho n.º 22/2010, de 7 de agosto (criação da Comissão para implementação da Unidade de Informação Financeira);
- Decreto n.º 25/2012, de 31 de agosto (aprova o Regulamento Interno da Unidade de Informação Financeira).

Banco Central de São Tomé e Príncipe:

- Lei n.º 8/92, de 3 de agosto (Lei Orgânica do Banco Central de São Tomé e Príncipe);

¹ Entretanto foi revogada com a aprovação da Lei n.º 11/2019, de 4 de novembro, que aprova a Lei Orgânica e de Processos do Tribunal de Contas.

- Norma de Aplicação Permanente n.º 7/2018, de 5 de junho (Avaliação e gestão de risco de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo);
- Norma de Aplicação Permanente n.º 8/2018, de 5 de junho (Indicadores de risco e suspeita do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo no sector financeiro).

Polícias:

- Decreto-Lei n.º 6/2014, de 23 de abril (Lei Orgânica da Polícia Nacional de S. Tomé e Príncipe);
- Lei n.º 22/2017, de 28 de dezembro (Lei da Organização da Investigação Criminal);
- Lei n.º 1/2018, de 2 de março (Lei Orgânica da Polícia Judiciária).

Ministério Público:

- Lei n.º 13/2008, de 7 de novembro (Estatuto do Ministério Público);
- Regulamento Interno do Conselho de Administração e da Direção Administrativa e de Finanças dos serviços do Ministério Público (Regulamento de 17 de junho de 2013).

Outros documentos:

- Plano Nacional de Luta contra o Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo, aprovado pelo Decreto n.º 44/2009, de 17 de dezembro;
- Aprovação para Ratificação, da Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre os Países de Língua Oficial Portuguesa em Matéria de Luta Contra Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas, assinada em Luanda (Angola), em 26 de setembro de 1986 (Resolução 45/X/2016, de 11 de julho);
- Decreto Presidencial n.º 3/2006, de 11 de setembro, que ratifica, entre outras, a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional e respetivos Protocolos e a Convenção Internacional das Nações Unidas para a Eliminação do Financiamento do Terrorismo.
- Decreto Presidencial n.º 5/2006, que ratifica a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.